

## Colonização ao Longo da Transamazônica: Trecho Km 930 - 1035

Ueliton França RIBEIRO

Paulo Rodolfo LEOPOLDO

### RESUMO

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), seguindo um programa de colonização de região Amazônica, durante os anos 1974-75, fez o assentamento de 300 famílias no trecho Km 930-1035 da Transamazônica. Esse núcleo de colonização se situa próximo a cidade de Humaitá no Estado do Amazonas. Os colonos que para lá se dirigiram, receberam no INCRA lotes com 100 hectares cada um, com os objetivos de se dar início a atividades agrícolas, com a colonização da região. Tais colonos, em sua maioria, vieram dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Após 10 anos de colonização fez-se um levantamento do núcleo, com o objetivo de se verificar em que condições se encontravam quanto aos aspectos sócio-econômico e outros, o qual mostrou que do total de colonos inicialmente fixados, apenas 30% das propriedades, aproximadamente, apresentavam alguma regular ou pequena utilização. As demais tinham sido abandonadas e seus donos residiam em Humaitá ou Porto Velho. A baixa fertilidade e alta acidez do solo, aliados a falta de uma infraestrutura sócio-econômica, foram considerados como sendo as maiores causas do fracasso desse programa de colonização.

**Palavras chave:** Colonização, Reforma Agrária, Transamazônica

Tema: Colonização

### SUMMARY

#### COLONIZATION ALONG THE TRANSAMAZONIAN HIGHWAY: THE STRETCH 930-1035 KM

The National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), following a colonization program of the Amazon region, during 1974-75 along the sector delimited by Km 930 and 1035 of Transamazonian highway. This settlement is located near the city of Humaitá in the Amazonas State. Each of the families involved received from INCRA a lot of 100 há to initiate agricultural activities and as incentive to promote the colonization of the region. The settlers came from southern Brazil mainly from Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná States. An

assessment of the socio economical conditions of the settlement after 10 year revealed that the objectives of the program were not met. Only 30% of the initial group of farms were still active, while the rest have been abandoned, and owners had moved to the nearby cities of Humaitá or Porto Velho. Low fertility and high soil acidity, associated with a lack of socio economic infrastructure were considered the main causes for the failure of the colonization program.

**Words key:** Colonization, Agrarian Reform, Transamazonian

Subject: Colonization

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Brasileira, com os seus quase 4 milhões de quilômetros quadrados, permaneceu praticamente intacta a ação do homem até fins da década de 60. No entanto, já no início de 1970 o governo brasileiro preocupado com a integração da região ao restante do país adota uma agressiva política de ocupação e colonização para a referida região. Essa política, em realidade, não tinha por finalidade apenas retirá-la de seu quase que total isolamento do resto do Brasil, mas também motivada por fins econômicos, baseados na expansão da fronteira agrícola do país, exploração das importantes riquezas minerais existentes e outros bens naturais próprios da região. A expansão da fronteira agrícola tinha por objetivo a produção de grãos e produtos vegetais exportáveis além da implantação da pecuária, os quais, juntamente com a exploração das riquezas minerais: ferro, manganês, bauxita, caulinita, cassiterita, cobre, ouro, (outras que pudessem atender exigência do mercado internacional) permitiriam ao Brasil um melhor posicionamento econômico e financeiro no que se refere a sua dívida externa, principalmente. Com o intuito de atingir as metas programadas as autoridades brasileiras, criaram uma série de organismos, tais como a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), fundada em 1966, cujas preocupações básicas se limitaram a abertura de estradas, com a imediata colonização de suas áreas vizinhas e um programa de construção de usinas hidrelétricas, visando o início de um processo de industrialização da região Amazônica, entre outras. Nessa política, o INCRA (instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) seria o órgão responsável pela demarcação das áreas a serem colonizadas, com a distribuição de terras a pessoas que pretendiam se fixar no local e lá desenvolverem atividades agropecuárias. Assim, dentre os planos governamentais da década de 70, a construção da rodovia Transamazônica foi uma das metas de maior prioridade. A sua construção foi iniciada em setembro de 1970 e dada por inaugurada em 1974. O projeto dessa estrada, que corta a Amazônia no sentido leste-oeste, surgiu após a maior seca ocorrida nos últimos 30 anos no árido nordeste brasileiro e conforme cita Goodland e Irwin (1975) a mesma se justificava em função da necessidade de se interligar o Nordeste do Brasil a Amazônia Ocidental, com o que se cortaria o intenso fluxo migratório da população nordestina para o resto do país, principalmente o Sul, dirigindo-o para a escassamente povoada na região Amazônica. A estrada, permitiria também o acesso a áreas virgens e semi-virgens apropriadas, segundo técnicos do governo, ao desenvolvimento de atividades agropecuárias produtivas. Paralelamente a esses objetivos, as estradas amazônicas

facilitariam a acesso e exploração dos recursos minerais (Pereira, 1971) ou ainda, um melhor patrulhamento das zonas de fronteira, salvaguardando-se, assim, a soberania nacional 1 (Pinto,1967). Muitos desses argumentos, utilizados na justificativa de sua construção ou mesmo de outras estradas, foram considerados impróprios face ao alto custo de sua construção e o que, ela, em realidade, representaria para o desenvolvimento do país (Goodland e Irwin, 1975). Com a abertura de estradas e início de colonização, as taxas de desmatamento do ecossistema amazônico vem crescendo, desde então, a níveis preocupantes (Fearnside, 1984), a ponto de alguns estados, como e o caso de Rondônia, verse totalmente desprovido de sua cobertura florestal, já em 1984, em se mantendo os atuais níveis de eliminação da floresta (Lopoldo e Salati, 1987). O INCRA, no entanto, com a implantação da Transamazônica procurou desenvolver ao longo da mesma inúmeros núcleos de colonização, distribuindo títulos de propriedades de terra aqueles que desejassem se deslocar para o local, lá se fixando. Para que o colono recebesse o título definitivo de posse da terra, o INCRA o obrigava a desmatar parte da propriedade recebida e dar início das atividades agrícolas. Dentre os vários núcleos implantados pelo INCRA, um deles se localiza no trecho Km 930-1035 da Transamazônica, próximo a cidade de Humaitá, no Estado do Amazonas. Esse núcleo foi objeto do presente trabalho, através do qual se relata as conseqüências e resultados de sua implantação.

## **2. COLONIZAÇÃO DO TRECHO KM 930-1035**

Em 1971, o INCRA, seguindo a política de ocupação da Amazônia, implantou junto as margens da rodovia Transamazônica, em um trecho de cerca de 105 Km, situado entre os Km 930 e Km 1035 da referida estrada, próximo a cidade de Humaitá, no Estado do Amazonas, mais um de seus núcleos de colonização, o qual contava com um total de 300 lotes. Nesse núcleo foram instaladas cerca de 300 famílias, representadas por um contingente de aproximadamente 1500 pessoas, onde cada colono recebia do INCRA um lote de 100 hectares, com a sua frente voltada para a rodovia. Mediante esse plano para que o colono recebesse o seu título definitivo de posse da propriedade, ele era obrigado a residir em sua gleba em implantar atividades agrícolas. Para o desenvolvimento de tais atividades, normalmente, o colono podia pleitear financiamentos a juros subsidiados, junto ao Banco do Brasil, além dessa observação, o colono recebia do governo, mensalmente, uma ajuda de custo equivalente a um salário mínimo (menos que US\$70) durante os primeiros 6 meses, sem qualquer necessidade de posterior devolução. A maior parte desses lotes foi distribuída a agricultores oriundos da região Oeste do Estado do Paraná, onde hoje se situa a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tais agricultores foram obrigados a se retirarem de seus locais de origem, tendo-se em vista que as suas terras seriam inundadas pela construção da represa de Itaipu, recebendo, pelo fato, uma indenização do Governo Federal. Além desses colonos, deslocaram-se para esse núcleo de colonização agricultores oriundos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atraídos pela propaganda e incentivos governamentais da época. O primeiro passo para a efetiva ocupação dessas glebas pelos colonos interessados na

posse da terra era a derrubada da cobertura florestal, normalmente feita através de machado, motosserra, ou ainda, em alguns casos, utilizando-se de trator de esteira. Após a derrubada da mata virgem, seguia-se a sua queimada e posteriormente o plantio de alguma cultura ou a implantação de pastos. De acordo com o código florestal promulgado para a região Amazônica, permitia-se ao colono a derrubada de 50% da mata virgem de seus lotes, devendo os outros 50%, ou seja, 50 hectares restantes permanecerem intactos, como reserva florestal. No entanto, esta lei era, muitas vezes, conformada pelo próprio INCRA, que concedia ao colono o direito de ampliar, no sentido da profundidade, o tamanho original de seus lotes e, conseqüentemente, desmatamentos superiores aos 50 hectares pré estabelecidos. Esse modelo de ocupação foi quase que padrão para toda a região Amazônica, ou seja, derrubada da mata, queimada, implantação de atividades agrícolas e posterior ampliação das áreas originalmente concedidas.

### **3. RESULTADO DA COLONIZAÇÃO**

Transcorrido mais de 10 anos após a implantação do núcleo fez-se um levantamento da situação em que se encontrava cada um dos lotes distribuídos as 300 famílias que, originalmente, se propuseram a ocupá-los. Esse levantamento foi realizado nos anos de 1983 e 1984, através de visitas as 300 propriedades, entrevistando os seus proprietários ou atuais ocupantes, ou ainda por meio de informações colhidas na região. A coleta de dados ofereceu informações peculiares sobre a atual situação do núcleo e os motivos que levaram a maioria das famílias pioneiras abandonarem o local ou ainda demonstrar as condições de certos proprietários que, até aquela data, permaneciam em seus lotes. Os resultados desse levantamento mostram um quase que total fracasso na tentativa de colonização daquele trecho da Transamazônica. Através dessa pesquisa, pode-se dividir o núcleo em quatro trechos distintos, dada as suas peculiaridades: o primeiro, praticamente as margens do rio Madeira, compreendendo uma extensão de 35 Km, ou seja, indo do Km 1035, nas proximidades da cidade de Humaitá, até o Km 1000, contendo 95 lotes, todos eles com os seus 100 hectares originais. Neste trecho, cerca de 80% dos proprietários, isto é, 76 deles, já não mais residem em seus lotes, e sim na cidade de Humaitá ou outros locais, desenvolvendo atividades totalmente diferentes daqueles que inicialmente motivaram a sua migração do sul do país para a região norte. Dada as suas proximidades com o rio Madeira e o lago Paraíso, esse trecho tornou-se, em realidade, um local de lazer, onde os “ranchos” de fim de semana vão se proliferando, observando-se uma insignificante atividades agrícolas ou pastoril. Portanto, verifica-se que a derrubada da mata local foi sem razão, inseqüente e infrutífera, decorrente, contudo, de um inadequado modelo de colonização adotado para a região Amazônica. O segundo trecho, localizando-se entre o Km 1000 (margens do rio Traíra) e Km 990 (margens do rio Maice-Mirim), inclui 45 lotes, os quais se encontravam na época do levantamento com uma área desmatada média da ordem de 100 hectares cada uma. Das 45 famílias inicialmente lotadas no trecho, apenas 5 delas, oriundas do Rio Grande do Sul, ainda permaneciam fixadas em suas propriedades, vivendo precariamente de suas terras, a base de cultivos de subsistência. Apenas alguns poucos dos antigos ocupantes dessas glebas foram

possíveis de serem localizados, principalmente, junto as margens do rio Traíra, sobrevivendo graças a atividades de caça e pesca. O paradeiro dos demais antigos ocupantes se encontra ignorado, sem qualquer informação a respeito da atual situação de cada um deles, sendo que, 90% dos atuais proprietários dessas glebas, não residem nas mesmas. Neste trecho, por tanto, a semelhança do anteriormente descrito, o desenvolvimento agrícola e quase que inexistente. O trecho seguinte, que compreende desde o Km 990, até as margens do rio Maice, no Km 950, apresentam 120 glebas com áreas que variam de 100 a 200 hectares, ou seja, foram ampliadas através de permissão concedida pelo INCRA. Neste trecho, o qual se apresenta como o mais intensamente cultivado, foram localizadas 80 famílias residindo em suas respectivas terras. Estes colonos, em sua totalidade, eram agricultores oriundos do oeste do Paraná, região de Itaipu. Instalaram-se no referido trecho trazendo consigo os recursos provenientes de indenização de suas terras no sul do país, além de alguns maquinários de tração e algumas cabeças de gado. Embora estejam sobrevivendo de suas atuais terras, o que se pode sentir desses colonos é que a Amazônia para eles foi uma pura “Ilusão”, sendo que o grande sonho da maioria é a volta para o sul. No entanto, segundo o relato desses colonos, a grande dificuldade em abandonar o local e voltar para o Sul é que, hoje, eles se encontram praticamente descapitalizados, devendo ao Banco do Brasil pelos empréstimos destinados aos financiamentos agrícolas, sendo que os recursos obtidos com a indenização de suas terras foram consumidos na aquisição de insumos agrícolas ou ainda na compra de remédios necessários ao combate de doenças endêmicas da região, sobretudo a malária. Lamentam, também os fracassos de inúmeras safras perdidas, muitas vezes, devido as condições de mal tempo advindas de baixa produtividade do solo, ante a implantação de uma agricultura nos moldes daquela desenvolvida na região sulina do país. O último trecho analisado, compreende aquele situado entre os Km 950 e o rio Marmelo, já no Km 930, onde, na outra margem localiza-se a reserva indígena dos tenharins. Neste setor do núcleo de colonização encontra-se 40 glebas, com áreas que vão desde os 100 hectares originais até glebas com cerca de 800 hectares, ou seja, foram paulatinamente ampliadas segundo permissão do INCRA. Das 40 famílias que inicialmente residiam no local apenas cinco delas encontravam-se vivendo em suas terras, desenvolvendo atividades mais voltadas para a pecuária de corte, além de alguma agricultura de subsistência. A maior parte dos proprietários, cerca de 90 % deles, hoje residem fora das terras, com domicílios nas cidades de Humaitá ou Porto Velho, em Rondônia. Assim, pelo que se pode deduzir do levantamento realizado, em que as metas estabelecidas de se fixar o homem ao campo e através de suas atividades se conseguir os recursos econômicos necessários ao país redublar em um fracasso marcante, deixando como sérias conseqüências a destruição de uma floresta rica em recursos naturais, sem qualquer benefício sócio econômico para a região ou para as famílias que para lá se deslocaram a procura de melhor condição de vida.

#### **4. CONCLUSÕES**

Segundo observações feitas pelos colonos, Ainda residentes naquele trecho da Transamazônica, as principais causas do fracasso envolvendo a falta de uma infra estrutura que pudesse atender as necessidades dos colonizadores quanto a assistência médica, remédios, escolas e transporte. Paralelamente a essas condições básicas, no que se refere ao aspecto social no núcleo, os proprietários afirmaram que os maiores entraves ao desenvolvimento agrícola e a efetiva colonização da região foram uma falta de uma eficiente assistência técnica ao lavrador, a falta de insumos, tais como semente de boa qualidade, selecionadas para as condições de um trópico úmido calcário, defensivo e outros e problemas relativos a comercialização de seus produtos. Em borra os colonos não tenham feito maiores referências com relação a qualidade do solo e seu manejo tem-se conhecimento, através da literatura, que os solos da Amazônia, de um modo geral, são pobres em muitos casos impróprios a implantação de culturas anuais. Pelo que se pode observar, "in loco" durante as visitas feitas, o solos da região de Humaitá, de um modo geral, não fogem a essa regra, permitindo um cultivo satisfatório por apenas curto espaço do tempo. Acredita-se, portanto, que além das causas abordadas pelos colonizadores, quando ao insucesso do núcleo, devem-se somar aquelas provenientes das características dos solos e outros fatores da região, embora tais observações não tenham sido aventadas durante a análise dos fracassos do referido núcleo. Os solos da Amazônia, conforme citado por Schubart et al. (1984), são, em geral, caracterizados por baixa fertilidade, ácidos e baixa troca catiônica. Tais características, evidentemente, dificultam sobremaneira a implantação de atividades agropecuárias nos moldes convencionais (Schubart, 1977) e qualquer tentativa nesse sentido sem se observar as peculiaridades da região, estaria fadada ao fracasso. De acordo com Herrera et al. (1978), além da reciclagem de nutrientes as espécies vegetais da região se encontram adaptadas a condições oligotróficas, que contribuem para a seleção de vegetais com baixa exigência em nutrientes, especialmente o fósforo de alumínio disponível. Uma vez rompido o ciclo de nutrientes, onde as pequenas perdas são repostas pela água da chuva (Franken et al., 1985), o ecossistema amazônico mostra toda uma fragilidade, tornando-se quase que improdutivo após dois ou quatro anos de exploração (Salate e Vose, 1984, Walker e Franken, 1983). Cochrane Sanches (1982) observaram que cerca de 80% da Amazônia tem solos de uso limitado em função de deficiência em fósforo e/ou nitrogênio, 73% deles devido a toxidez de alumínio, 56% pela baixa reserva e potássio, é aproximadamente 24% da área apresenta limitações devido a problemas de drenagem e inundação. Segundo esse autores, apenas 6% da área ocupada pela floresta de terra firme, num total de cerca de 32 milhões de hectares, refelam ocorrências de solos sem maiores limitações de uso e próprios a introdução de projetos agrícolas com possibilidades de sucesso. Assim, dadas as características de seus solos e demais condições da região, pode se deduzir que os níveis de produção agrícola, sobretudo o de culturas anuais, são mantidos face continua abertura de novas áreas florestais. Goodland e Lrwin (1975) apresentam sumário dos principais prováveis efeitos do desmatamento ao meio ambiente da região, que além de outras conseqüências poderá provocar um nítido empobrecimento do solo pela destruição da matéria orgânica, redução da evapo-transpiração, surgimento de períodos de seca e alimento de erosão do solo e um retardamento na regeneração do ambiente. Os processos mecânicos de desmatamento adotados,

principalmente os tratores de esteira, a elevada temperatura do solo devido a sua direta exposição a radiação solar, a destruição do liter e fauna do solo pelo fogo, a ausência de raízes profundas e mudanças na estrutura do solo (Chauvel, 1982), causam a compactação do solo, implicando, por tanto, em uma diminuição na taxa de infiltração das águas de chuva e, conseqüentemente, aumento no escoamento superficial e erosão. Esse aspecto torna-se particularmente sério, levando-se em conta que cerca de 73% da precipitação se dá na forma “chuvas pesadas”, conforme observado por Leopoldo et al. (1987) em experimento conduzido próximo a Manaus. Pelo que se pode concluir, trata-se de um ecossistema de características peculiares, necessitando de um modelo próprio para o uso e manejo da terra. As varzeas amazônicas, num total de 10.000 Km quadrados, aproximadamente, poderiam, representar uma alternativa de exploração face ao seu potencial agrícola, as varzeas mereciam uma maior atenção das autoridades responsáveis pelo desenvolvimento no setor no país. Embora elas permaneçam inundadas por cerca de 5 a 6 meses, na maioria dos casos, a sua exploração racional e, ao que tudo indica viável sob o ponto de vista agropecuário, com produções de arroz que chegam a atingir de 4 a 5 t/há ou ainda, cerca de 100 t/há do capim canarana, graminia própria para alimentação do gado (projeto Amazônia 1, 1988), além de se apresentarem propícias ao cultivo de outros vegetais para a produção de grãos e fibras, com rendimentos satisfatórios (Chaves et al., 1988). Assim acredita-se que poderia haver o maior interesse em se investir de técnicas de exploração das varzeas amazônicas, as quais se revelam bem menos frágeis que os ecossistemas de florestas de terra-firme, poupando-os de um desmatamento irracional, como vem acontecendo. As autoridades responsáveis, no ímpeto de desenvolver a Amazônia e atingir as metas esperadas da expansão da fronteira agrícola, vem cometendo na região uma série de irreparáveis erros. Os núcleos de colonização, como norma geral, foram implantados sem se levar em conta as características do solo, quanto a sua fertilidade, acidez, textura e outras que, necessariamente, deveriam ser consideradas na elaboração de um projeto agrícola dentro das normas básicas. Os loteamentos executados pelo INCRA se apresentam, em sua maioria, como se fossem um verdadeiro tabuleiro de xadrez, com lotes de forma infalivelmente regular, dividindo-se o terreno sem se respeitar a topografia natural da área a ser colonizada, ou ainda com lotes fartamente servidos por cursos naturais de água e outros totalmente desprovidos de tais recursos. Evidentemente, a Amazônia deve se desenvolver, mas dentro de critérios que não venham a abalar profundas e irracionalmente esse ecossistema, que representa, para o mundo de hoje, um patrimônio de inigualável riqueza natural. É de interesse, portanto, que o modelo de ocupação posto posto em prática nos dias atuais, não só no Brasil, como em outros países da Bacia Amazônica, seja totalmente reformulado, objetivando-se evitar assim, um maior desequilíbrio no meio ambiente.

## **5. REFERÊNCIAS**

CHAVES, R. S., Teixeira, P. E. G., H-Husny, E. C. e Chaves, F. I. S. (1988): *Utilização racional dos solos de várzeas da Amazônia sob diferentes sistemas de irrigação, Santarém, Pará,*

*Brasil*. In Abstracts of the Symposium on Amazonia: deforestation and possible effects/46<sup>th</sup> International Congress of Americanists, Amsterdam, July 48, 1988.

CHAUVEL, A. (1982): *Os latossolos amarelos, alícos, argilosos dentro dos ecossistemas das Bacias Experimentais do INPA e da região vizinha*. Acta Amazonica, 12 (supl.): 47-60.

COCHRANE, R. e Sanchez, P. A. (1982): *Amazônia land and Resources*. N. York. Pergamon Press.

FEARNSIDE, P. M. (1984): *A floresta pode acabar?* Ciência Hoje, 2: 42-52.

FRANKEN, W., Leopoldo, P. R. e Bargamin Fo., H. (1985): *Nutrient flow through natural waters in Terra-firme forest in Central Amazônia*. Turrialba, 35 (4): 383-393.

GOODLAND, R. e Irwin, H. (1975): *A selva Amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?* São Paulo, Ed. USP/Livraria Italiana Editora Ltda., 156 p.

HERRERA, R., Jordan, C.F., Klinge, H. e Medina, E. (1978): *Amazon ecosystems*. Their structure and functioning with particular emphasis on nutrients. Interciência, 3 (4): 223-232.

LEOPOLDO, P. R. e Salati, E. (1987): *Rondônia: quando a floresta vai acabar?* Ciência Hoje, 6 (35): p.14.

LEOPOLDO, P. R. Franken, W., Salati, E. C. Ribeiro, M. N. G. (1987): *Towards water balance in the Central Amazonian region*. Experiência, 4 3 (3): 222-233.

PEREIRA, D. (1971): *A Transamazônica prós e contras*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 429 p.

PROJETO AMAZÔNIA I (1988): *Workshop sobre planificação do Projeto Amazônia I (resultados de projetos)*, Manaus, Amazonas.

SALATI, E. e Vose, P. B. (1984): *Amazon basin: a system in equilibrium*. Science, 225: 129-138.

SCHUBART, H. O. R. (1977): *Critérios ecológicos para o desenvolvimento agrícola das terras firmes da Amazônia*. Acta Amazonica, 7: 559-567.

SCHUBART, H. O. R., Franken, W. e Luizão, F. J. (1984): *Uma floresta sobre solos pobres*. Ciência Hoje, 2: 26-33.

Walker, I. e Franken, W. (1983): *Ecossistemas frágeis: a floresta da terra firme da Amazônia Central*. Ciência Interamericana 23:9-21.

## NOTA

1. Pinto, L. A. (1967): *A participação das forças armadas na ocupação da Amazônia*. Relatório.